

# Planalto defende a tese do "direito adquirido"

Da Sucursal de Brasília

O Palácio do Planalto começa a defender, através de seus porta-vozes políticos, a tese do "direito adquirido" do presidente José Sarney para exercer um mandato de seis anos, previsto na atual Constituição. Mas reconhece que este assunto terá que ser negociado no Congresso constituinte e que um entendimento poderá levar a um mandato de cinco anos. "A base para o entendimento são seis anos, nós vamos defender essa posição", disse ontem o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53.

O mandato de seis anos tem apoio do PFL e é defendido abertamente por ministros de Sarney como Marco Maciel (chefe do Gabinete Civil) e Paulo Brossard (da Justiça). Maciel tem usado duas linhas de argumentação. Na primeira defende a tese dos seis anos como "direito adquirido" por Sarney. Na segunda, afirma que tudo depende de um entendimento no Congresso constituinte. Apesar da contradição formal entre as duas propostas (afinal, "direito adquirido" não se negocia), isto só revela

## Deputado defende eleições gerais em 1988

Da Sucursal de Recife

O deputado federal Maurilio Ferreira Lima (PMDB-PE), 46, afirmou ontem em Recife (PE) que irá defender no Congresso constituinte a inclusão na futura Carta, no título dedicado às Disposições Gerais e Transitórias, a realização de eleições diretas em 1988 para a Presidência da República e para o Congresso Nacional, coincidindo com as eleições para prefeitos. Maurilio argumentou

que a tese dos seis anos visa começar a negociação em uma posição forte.

Para Sant'Anna, um entendimento em torno do mandato de Sarney terá que ocorrer "logo, mas não agora". Isto é, o Congresso constituinte irá primeiro votar o seu regimento (na próxima semana) e instalar suas comissões temáticas, para depois estar em condições de discutir o mandato. Ao lançar a tese do "direito adquirido" de seis anos, o Palácio do

que elas "representarão o cumprimento da promessa feita por Tancredo Neves, de convocar a Constituinte e de um mandato de quatro anos para o presidente da República neste período de transição democrática".

Para Ferreira Lima, "o mandato do presidente Sarney é legal porque está embasado na Constituição em vigor, mas não é legítimo porque não se insere no atual quadro institucional do país".

Planalto procura se contrapor à tendência predominante na liderança do PMDB de fixar o mandato em quatro anos, o que implicaria em eleições presidenciais já no próximo ano.

Insistem nos quatro anos líderes peemedebistas como o deputado Ulysses Guimarães, presidente do partido, o governador Franco Montoro, o senador Mário Covas e a esquerda do PMDB. No choque entre

as duas tendências, entretanto, o Congresso constituinte poderá ficar no meio termo. "Fatalmente vai predominar o mandato de cinco anos", afirmou o senador Severo Gomes (PMDB-SP), 62.

Do lado do PFL, todo o empenho será para retirar esse debate das Disposições Gerais e Transitórias da futura Constituição. Este título da futura Carta é a que teria poderes para fixar o mandato do atual presidente. Saulo Queiroz (PFL-MS) apresentou ontem uma proposta de como fazer o Congresso constituinte aprovar seis anos para Sarney, fora das Disposições Transitórias (veja notícia ao lado). Para Luiz Henrique (PMDB-SC), entretanto, a duração do atual mandato será discutida apenas no final dos debates constituintes.

O vice-líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), reconhece que "teoricamente" as Disposições Transitórias podem encurtar o mandato de Sarney. Essa é também a posição oficial do Palácio do Planalto, segundo o secretário de Imprensa da Presidência, Frota Neto.